



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PDT – DIRETÓRIO NACIONAL
EXECUTIVA NACIONAL



EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED] com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03 (atrás do anexo do Itamaraty), Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado por seu presidente nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade [REDACTED], expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob [REDACTED], com endereço eletrônico: [REDACTED] com endereço na SAFS, s/nº, Quadra 2, Lote 3, atrás do Anexo Itamaraty, Plano Piloto, Brasília/DF, CEP: 70.042-900, vem, respeitosamente, por seus advogados *in fine* assinados, constituídos mediante instrumento procuratório que segue em anexo (**doc. 01**), perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 102, §1º, da Constituição Federal, bem como nos dispositivos da Lei nº 9.882/1999, propor a presente

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR DE URGÊNCIA**

indicando como preceitos violados a cidadania (art. 1º, II, da CF/88), traduzido pelo direito fundamental de petição (art. 5º, XXXIV, “a”, da CF/88) e pelo devido processo legal (art. 5º, LV, da CF/88); o princípio republicano (art. 1º, *caput*, da CF/88); e o dever de motivação das decisões (art. 93, IX, da CF/88); e como norma pré-constitucional causadoras da lesão o art. 19 da Lei Federal nº 1.079/1950, para a qual deve ser dada interpretação conforme a Constituição, no fio do exposto e requerido a seguir:



I. DO ESCORÇO FÁTICO.

No dia 22 (vinte e dois) de abril de 2020, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), através do presidente Carlos Roberto Lupi e do vice-presidente Ciro Ferreira Gomes, protocolaram pedido de *Impeachment* contra o Senhor Jair Messias Bolsonaro. Elencou-se na petição inicial uma miríade de crimes de responsabilidade cometidos pelo Senhor Presidente da República, a começar pelas atrocidades encetadas na condução do Brasil na ambiência caótica da pandemia da COVID-19.

A sequência dos dias, o incremento do números de mortes, a entronização do caos como pedra de toque do Governo Federal e a ausência de *gravitas* para seguir no cargo acicataram a população brasileira, entidades e segmentos sociais a unificar as vozes para requerer o *Impeachment* do Senhor Jair Messias Bolsonaro. O desfile transgressor do Presidente da República perpassa pelos acintes ao exercício dos direitos individuais e sociais; ao livre exercício dos Poderes; e à proibidade da administração (art. 85 da CF/88).

Ao todo, foram enviados 126 (cento e vinte e seis) pedidos de *Impeachment* à Câmara dos Deputados. De acordo com dados da “Publica”, até o presente momento apenas 6 (seis) pedidos foram arquivados ou desconsiderados. Os outros 119 (cento e dezenove) aguardam análise.¹ Recentemente, diante dos escândalos que emergiram através dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, ingressou-se com um “superpedido” de *Impeachment*, do qual o PDT também foi signatário.

O desenho constitucional do processamento dos pedidos de *Impeachment* dispõe que compete privativamente à Câmara dos Deputados, “autorizar, por dois terços de seus

¹ Disponível em: < <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/> > . Acesso em 13 de julho de 2021.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PDT – DIRETÓRIO NACIONAL
EXECUTIVA NACIONAL



membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado”(art. 52, inciso I, da CF/88).

O art. 19 da Lei nº 1.079/1950 estabelece que “recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma”.

Em complemento, o art. 218, §2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados determina que “recebida a denúncia pelo Presidente, verificada a existência dos requisitos de que trata o parágrafo anterior, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada à Comissão Especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os Partidos”.

Diante deste arcabouço normativo, este Egrégio Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378, deixou assente que “o recebimento operado pelo Presidente da Câmara dos Deputados configura juízo sumário da admissibilidade da denúncia para fins de deliberação colegiada”.

Acontece que a práxis (in) constitucional tem evidenciado a incorporação de poderes absolutos ao Presidente da Câmara dos Deputados, que controla a circulação das gavetas ondem repousam os 119 (cento e dezenove) pedidos de *Impeachment* sem apreciação. Nesse passo, tanto os cidadãos quanto a população brasileira ficam reféns dessa vontade política.

Apesar da Constituição Federal de 1988 (art. 93, inciso IX) promover efetivo prestígio ao princípio da motivação das decisões, que verte do princípio democrático, o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, ao invés de analisar os requisitos de admissibilidade dos pedidos de *Impeachment* protocolados, para então proferir decisão



no sentido de arquivar ou dar impulso oficial à denúncia formalizada, profere declarações na mídia que sinalizam a rejeição sumária dos pedidos.

Não há sequer uma decisão devidamente fundamentada que seja destinada ao autor do respectivo pedido de *impeachment*, mormente para que se possa acionar o disposto no art. 218, §3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que tem a seguinte dicção: “Do despacho do Presidente que indeferir o recebimento da denúncia, caberá recurso ao Plenário”.

No entanto, a única informação que se consegue alcançar são as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara dos Deputados no contexto das declarações que fornece à mídia. Cite-se, por exemplo, que ao ser indagado sobre os pedidos de *Impeachment* formulados, o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados afirmou serem alguns “risíveis” ou “inócuos”.²

Quanto ao “superpedido” de *Impeachment* que foi protocolado no dia 30 (trinta) de junho de 2021, o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados já afirmou que não irá analisa-lo agora, no que ainda reverberou, em tons de ironia, que a “CPI da COVID-19” estaria a realizar um trabalho “bem imparcial”.³

Disso resulta que a inapetência em analisar e fundamentar os pedidos postos à apreciação inaugural revela um acinte ao princípio democrático, pois conforme adverte Norberto Bobbio, “o cultivo do sigilo não pode ser transformado em uma espécie de práxis procedimental institucionalizada, posto que não pode haver, nos modelos políticos que consagram a democracia, espaço reservado ao mistério”.⁴

² Disponível em: < <https://istoe.com.br/lira-diz-que-decidira/> > . Acesso em 13 de julho de 2021.

³ Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/congresso/lira-diz-que-nao-vai-analisar-superpedido-de-impeachment-agora/> > . Acesso em 13 de julho de 2021.

⁴ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.



Em sendo este o contexto, passar-se-á, em sequência, a perquirir os meandros do caso posto à apreciação deste Egrégio Supremo Tribunal Federal, de modo a demonstrar os acintes perpetrados aos preceitos fundamentais agasalhados pela Constituição Federal de 1988.

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

II.I DA LEGITIMIDADE ATIVA. ⁵

Nos termos do artigo 2º, inciso I, da Lei nº 9.882/99, a legitimação ativa para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental recai sobre os que têm direito de propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, constantes do elenco do artigo 103 da Constituição Federal. ⁶ Os legitimados se dividem em dois grupos, a saber: aqueles que têm legitimidade universal e aqueles que a têm especial, que são obrigados a comprovar o liame entre o objeto impugnado e suas finalidades. ⁷

Do primeiro grupo, fazem parte os seguintes órgãos ou autoridades: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; o Procurador Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

⁵ “Os Partidos Políticos, desde que possuam representação no Congresso Nacional, podem, em sede de controle abstrato, arguir, perante o Supremo Tribunal Federal, a inconstitucionalidade de atos normativos federais, estaduais ou distritais, independentemente de seu conteúdo material, eis que não incide sobre as agremiações partidárias a restrição jurisprudencial derivada do vínculo de pertinência temática”. ADI nº 1.096/RS, Rel. Min. Celso de Mello.

⁶ **Art. 103.** Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

⁷ AGRA, Walber de Moura. **Aspectos controvertidos do controle de constitucionalidade.** Salvador: JusPodvim, 2008. P. 116.



e partido político com representação no Congresso Nacional. Do segundo, fazem parte os seguintes órgãos ou autoridades: A Mesa da Assembleia Legislativa e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado e o do Distrito Federal e a confederação sindical ou entidade de classe no âmbito nacional.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), com representação no Congresso Nacional, é legitimado à propositura da presente ADPF, a teor do comando descrito no artigo 103, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988. Em sendo um dos legitimados universais, não lhe é exigido demonstrar relação institucional com a matéria objeto de impugnação, pois o interesse genérico em preservar a supremacia da Constituição deflui das atribuições institucionais dos partidos políticos.⁸

II.II DO CABIMENTO DA ADPF.

A arguição de descumprimento de preceito fundamental foi prevista na Constituição Federal, no artigo 102, §1º, e regulamentada pela Lei nº 9.882/1999. Seu objetivo maior é o de evitar o descumprimento de preceito fundamental, aumentando o grau de proteção jurisdicional. A sua origem está dentro do diapasão de garantir aos preceitos fundamentais plena eficácia, seja no seu aspecto positivo, seja no seu aspecto negativo.⁹

Para André Ramos Tavares, o termo “descumprimento” engloba a violação de norma constitucional fundamental por qualquer comportamento, ou seja, tanto pode descumprir a Constituição um ato normativo como um ato não normativo.¹⁰ A Lei nº 9.882/1999 contemplou duas modalidades possíveis para o manejo da ADPF, a saber: a

⁸ FLAKS, Milton. **Instrumentos processuais de defesa coletiva**. In: Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 190:I-III, p. 69, out./dez., 1992.

⁹ AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. 9. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. P. 703.

¹⁰ TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. P. 313.



arguição autônoma, que representa uma típica modalidade de jurisdição constitucional abstrata, desvinculada de qualquer caso concreto; e a incidental, que pressupõe a existência de determinada lide intersubjetiva, na qual tenha surgido uma controvérsia constitucional relevante.

Conforme dispõe o *caput* do artigo 1º da Lei nº 9.882/1999, a arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e **terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público**. Além do descumprimento de preceito fundamental, a Lei nº 9.882/1999 assevera que caberá a ADPF quando for relevante o fundamento da controvérsia sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, **inclusive anteriores à Constituição**. Para o seu cabimento, é necessário que estejam presentes os seguintes requisitos: a) lesão ou ameaça a preceito fundamental; b) um ato do Poder Público capaz de provocar a lesão; c) a inexistência de qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. Estes três requisitos estão sobejamente configurados, conforme será demonstrado no corpo desta peça dilucular.

In casu, por expressa dicção do art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 9.882/1999, é a ADPF o instrumento cabível para impugnar a constitucionalidade de normas exurgidas em ordenamento jurídico pré-constitucional, caso da Lei Federal nº 1.079, de **10 de abril de 1950**. Tanto é possível a arguição neste caso que esta Corte Suprema processou e julgou, entre 2015 e 2016, a **ADPF nº 378/DF**, que atacava, sob outro prisma de constitucionalidade, outros dispositivos dessa mesma norma.

II.III. DA LESÃO E AMEAÇA A PRECEITO FUNDAMENTAL. .

Preceito significa ordem, comando, prescrição, o que abrange o conceito de norma como gênero do qual defluem duas espécies: as regras e os princípios constitucionais.



¹¹ O segundo designativo indica a fundamentalidade do preceito, sua imprescindibilidade para o conjunto de normas que formam a Carta Magna. Para José Afonso da Silva, preceito fundamental não é a mesma coisa que princípio fundamental, obtendo um alcance mais amplo para abranger todas as prescrições que dão o sentido básico do regime constitucional, sintetizando as estruturas principais da Constituição e os alicerces precursores dos direitos fundamentais. ¹²

Nota-se, com isso, que a lesão a preceito fundamental não se configurará apenas quando se verificar possível acinte a um princípio fundamental, tal como assente na ordem constitucional, mas também a disposições que confirmam densidade normativa ou significado específico a esse princípio. **Sustenta André Rufino do Vale que tendo em vista as interconexões e interdependências entre princípios e regras, não seria recomendável proceder-se a uma distinção entre essas duas categorias, fixando-se um conceito extensivo de preceito fundamental, abrangente das normas básicas contidas no texto da Carta Magna.** ¹³

Dependendo da extensão dada ao mencionado instituto jurídico, ele pode se tornar um relevante instrumento para a garantia dos direitos fundamentais da sociedade, mormente quando não há nenhum sentido para interpretação restritiva do seu alcance, que abrangeria apenas os preceitos fundamentais. Mesmo diante da indefinição quanto à extensão do conceito, parece não pairar dúvidas de que cabe arguição de preceito

¹¹ “Nos quadrantes do Direito, portanto, a noção de preceito ancora-se na ideia de ‘ordem’, ‘comando’, identificando-se, uma vez mais, com o sentido que se encontra tanto em regras quanto em princípios. Parece, pois, que ‘preceito’ engloba tanto as regras quanto os princípios. Assim, torna-se sinônimo de ‘norma’, no sentido empregado acima, insista-se, designativo das regras e princípios jurídicos”. TAVARES, André Ramos. **Tratado de arguição de descumprimento de preceito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2001. P. 117.

¹² SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. Ed. São Paulo: Malheiros, 1999. P. 559.

¹³ VALE, André Rufino. **Estrutura das normas de direitos fundamentais: repensando a distinção entre regras, princípios e valores**. São Paulo: Saraiva, 2009.



fundamental contra afronta aos direitos e garantias fundamentais (arts. 5º ao 17 da CF/88), às cláusulas pétreas (art. 60, I ao IV da CF/88) e aos princípios sensíveis (art. 34, I a VII da CF/88), dentre outros contidos nas demais partes da *Lex Mater*, que deve ser interpretada como um todo sistêmico.

Frise-se que devem ser entendidos não apenas os preceitos explícitos, mas também os implícitos, que aumentam a eficácia do ordenamento jurídico. Se não fosse assim, a tutela dos direitos fundamentais restaria incompleta, e a jurisdição constitucional deixaria de auferir um importante elemento de legitimidade. **Conforme será demonstrado pormenorizadamente, os preceitos fundamentais vulnerados são: a cidadania (art. 1º, II, da CF/88) traduzido pelo direito fundamental de petição (art. 5º, XXXIV, “a”, da CF/88) e pelo devido processo legal (art. 5º, LV, da CF/88) e o princípio republicano (art. 1º, caput, da CF/88), traduzido pelo princípio da publicidade (art. 37, caput, da CF/88) e pelo dever de motivação das decisões (art. 93, IX, da CF/88).**

II.IV DA OBSERVÂNCIA DO POSTULADO DA SUBSIDIARIEDADE.

O artigo 4º, §1º, da Lei nº 9.882/1999 é categórico quanto à vedação do ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.¹⁴ Vale dizer, a ADPF somente poderá ser usada quando não houver mais nenhum mecanismo adequado para a garantia dos preceitos fundamentais, ou quando esses mecanismos não produzirem os efeitos

¹⁴ Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta. § 1º Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.



desejados.¹⁵ Da análise do preceptivo legal mencionado poderia parecer que somente na hipótese de absoluta inexistência de qualquer outro meio eficaz de para afastar eventual lesão poder-se-ia manejar a arguição de descumprimento de preceito fundamental. No entanto, conforme preleciona Hely Lopes Meirelles, uma leitura mais cuidadosa há de revelar que na análise sobre a eficácia da proteção de preceito fundamental deve predominar um enfoque de proteção da ordem constitucional objetiva. Ou seja, se se considera o caráter objetivo do instituto, o meio eficaz de sanar a lesão parece ser aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata.¹⁶ ”

Para a verificação do cumprimento da subsidiariedade não basta a existência de mecanismos que combatam a lesão a preceito fundamental. É preciso indagar acerca da sua eficácia, da força e extensão do mecanismo, sendo referencial válido, para o uso do teste, haver no sistema judicial a possibilidade de sanar plenamente a lesão a preceito fundamental por outro mecanismo. Esclarece o **Ministro Celso de Mello**, que **o princípio da subsidiariedade “não pode- nem deve- ser invocado para impedir o exercício da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental, eis que esse instrumento está vocacionado a viabilizar, numa dimensão estritamente objetiva, a realização jurisdicional de direitos básicos, de valores essenciais e de preceitos fundamentais contemplados no texto da Constituição da República**. Se assim não se entendesse, a indevida aplicação do princípio da subsidiariedade poderia afetar a utilização dessa relevantíssima ação de

¹⁵ “A mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, no entanto, não basta, só por si, para justificar a inovação do princípio em questão, pois, para que esse postulado possa legitimamente incidir, revelar-se-á essencial que os instrumentos disponíveis mostrem-se aptos a sanar, de modo eficaz e real, a situação de lesividade que se busca neutralizar com o ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental” (ADPF nº 17/AP, Rel, Min. Celso de Mello).

¹⁶ MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança e ações constitucionais**. 29. Ed. São Paulo: Malheiros, 2006. P. 501



índole constitucional, o que representaria, em última análise, a inaceitável frustração do sistema de proteção que a Carta Política institui em favor de preceitos fundamentais, de valores essenciais e de direitos básicos, com grave comprometimento à própria efetividade da Constituição”.¹⁷

Isso dito, ressumbre iniludível que a pretensão ora deduzida nesta sede processual não encontra obstáculo na regra inscrita no artigo 4º, §1º, da Lei nº 9.882/1999, o que permite, satisfeita a exigência imposta pelo postulado da subsidiariedade, a admissibilidade da presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

III. DOS PRECEITOS FUNDAMENTAIS VIOLADOS.

III.I DA CIDADANIA¹⁸. DO DIREITO DE PETIÇÃO COMO GARANTIA FUNDAMENTAL DO CIDADÃO.

A cidadania foi agasalhada no art. 1º, II, formando um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. O étimo dessa palavra se encontra envolto em bastante controvérsia em virtude de ele ostentar uma substância política, convertendo-se em um dos conceitos simbólicos e combativos, que tem sua razão de existência não na voluntariedade do conhecimento, mas em sua adequação instrumental para o litígio com o adversário¹⁹.

¹⁷ ADPF nº 187/DF, Rel. Min. Celso de Mello.

¹⁸ AGRA, Walber de Moura. Art. 1º, II – a cidadania. In.: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar, F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lênio L. (Coords). **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2019. Pp. 118-120.

¹⁹ PELAYO, Manuel García. **Derecho Constitucional Comparado**. 3. ed. Madrid: Alianza Universidad, 1991, p. 33.



Representa a qualidade auferida aos seus detentores de ser cidadãos, membros de uma determinada comunidade política organizada, tornando-se os autores e destinatários do ordenamento jurídico delineado.²⁰ Se sua definição clássica não atende mais as demandas atuais da sociedade, ela não pode ser restrita ao pronunciamento da coletividade de dois em dois anos, mesmo porque não há instrumentos disponíveis para obrigar os representantes a cumprirem a vontade de seus representados. **A cidadania deve ser reestruturada para contemplar seu sentido participativo, em que significativa parcela das decisões políticas passam a ser exercidas pelo povo**, em orçamentos participativos, associações, *recall* etc.

A cidadania ativa é um avanço em relação ao conceito empregado por Montesquieu, de natureza formal, que se caracteriza pelo fato de a soberania popular residir nos representantes populares, permitindo uma participação da sociedade de maneira episódica, nos momentos eleitorais definidos em lei²¹. **Destarte, arrima-se essa releitura do conceito de cidadania em três elementos essenciais: democracia material, dignidade da pessoa humana e cidadania participativa, em uma tentativa de maximizar a participação dos cidadãos nos negócios políticos do Estado.**

Considerados esses pressupostos, o direito de petição ventila uma das concreções do preceito fundamental da cidadania, sob a óptica da cidadania participativa. O direito de petição surgiu em nosso ordenamento jurídico com a Constituição de 1824, para proteger direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, cometidos por autoridades públicas contra cidadãos.

²⁰ MARTINES, Themistocle. **Diritto Costituzionale**. 10. ed. Milano: Giuffrè, p. 136.

²¹ MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat de. **Lo Spirito delle Leggi**. Trad. Beatrice Boffito Serra. 5. ed. V. I. Milano: Universale Rizzoli, 1999, p. 155.



O mencionado instrumento concretiza-se na prerrogativa de peticionar as autoridades competentes para que realizem determinados atos ou omissões.²² É um termo genérico aplicável a todas as reclamações que se fazem a respeito de um cargo, função pública ou privilégio, com o objetivo de corrigir ou prevenir certos males, sendo dirigidas às autoridades competentes.

Dada a magnitude da natureza do *Impeachment*, que, no escólio de Paulo Brossard é “a medida que tem por fito obstar, impedir, que a pessoa investida de funções públicas continue a exercê-las, e é a concretização do princípio da responsabilidade, sem a qual o próprio princípio democrático não existe, nem o governo honesto, que é o direito do povo, se mantém”;²³ o cidadão deve ter sua pretensão avaliada pelo destinatário da petição, sob pena de se arrefecer este direito de estatura maior, assegurado também pelo art. 14 da Lei nº 1.079/1950.

Por se tratar do exercício de um juízo de admissibilidade prévio, ao Presidente da Câmara dos Deputados cumpre apenas proceder ao exame do cumprimento dos requisitos formais da petição inicial, sem, contudo, deliberar sobre questões meritórias. Afinal, conforme arrematou o Ministro Marco Aurélio, por ocasião do julgamento do MS nº 34.087/DF, “consignado o atendimento das formalidades legais, cumpre dar seguimento à denúncia, compondo-se a Comissão Especial para a emissão de parecer”.

Com efeito, tratando-se de ato emanado do Poder Público, exige-se que a autoridade indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, em atenção ao princípio da motivação, até mesmo para que a parte ou cidadão possa interpor recurso através das vias cabíveis. No entanto, a interpretação conferida ao art. 19 da Lei nº

²² BADENI, Gregorio. **Tratado de derecho constitucional**. Buenos Aires: La Ley, 2004. t. I. p. 397.

²³ BROSSARD, Paulo. **O impeachment**. São Paulo: Saraiva, 1992. P. 63.



1.079/1950 tem sido a de que o Presidente da Câmara dos Deputados avalia os pedidos endereçados a ele quando quiser. Inclusive, é de bom alvitre destacar que existem pedidos formulados que encontram-se sob análise há mais de 150 (cento e cinquenta) dias, sem andamento ou deliberação do Presidente da Câmara dos Deputados.

Esse *modus operandi* revela a violação a preceito fundamental da cidadania (art. 1º, II, da CF/88), traduzido pelo direito fundamental de petição (art. 5º, XXXIV, “a”, da CF/88) e pelo devido processo legal (art. 5º, LV, da CF/88), pois de nada adianta garantir o direito de petição no aspecto formal, sem a necessária análise e deliberação sobre o pedido veiculado, porque, à maneira da lição de Ruy Barbosa, “o direito não dá com a mão direita para tirar com a esquerda”.²⁴ Desse modo, é imperativo que **se afaste qualquer aplicação da norma pré-constitucional que subverta o exercício amplo do direito de petição, que tem como consectário o dever de motivação das decisões administrativas desencadeadas pelo próprio exercício dessa prerrogativa do cidadão.**

III.II DO PRINCÍPIO REPUBLICANO. DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DO DEVER DE MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

A Lei nº 1.079/1950 prevê, dentre os arts. 14 e 23, um encadeamento de atos que levarão, na dicção da norma pré-constitucional, à conformação da “acusação” pela Câmara dos Deputados, para que seu efetivo “julgamento” possa ocorrer no Senado Federal. Decerto que não pretende a presente arguição de descumprimento infirmar o consolidado entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido da *natureza política* do juízo exercido pela Câmara dos Deputados no recebimento da acusação por crime de responsabilidade. Esta é, aliás, a interpretação constitucional desses dispositivos da Lei

²⁴ Excerto do pensamento exposto pela Min. Cármen Lúcia, por ocasião do julgamento da ADI 4.277.



nº 1.079/1950 atribuída por esta Suprema Corte quando do julgamento da ADPF nº 378-MC, em março de 2016, durante o processo de *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

O exercício do juízo de admissibilidade pela Câmara dos Deputados tem como ponto de partida, inexoravelmente, o recebimento da denúncia (art. 19, primeira parte, Lei nº 1.079/50). Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sempre reafirmou a possibilidade do exercício de um juízo preambular de admissibilidade formal da denúncia, a ser exercido pelo Presidente da Câmara dos Deputados. É dizer, segundo o que assentam os precedentes desta Corte, o papel do Presidente da Câmara nunca foi eminentemente cartorário, submetendo a denúncia automaticamente à apreciação do Plenário. Nesse sentido, o **MS nº 23.885-2/DF**, julgado em 2002, e de relatoria do Min. Carlos Velloso²⁵.

Para tanto, deve-se motivar as decisões que porventura venham a ser tomadas, ainda que importe em arquivamento sumário do pedido de *impeachment*, como forma de promover efetivo prestígio ao disposto no art. 93, inciso IX, da CF/88. Não por outra razão, sintetiza Aury Lopes Júnior que “só a fundamentação permite avaliar se a racionalidade da decisão predominou sobre o poder, principalmente se foram observadas as regras do devido processo. Trata-se de uma garantia fundamental e cuja eficácia e observância legitimam o poder contido no ato decisório. Isso porque, no sistema

²⁵ CONSTITUCIONAL. IMPEACHMENT: PRESIDENTE DA REPÚBLICA: DENÚNCIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS. PRESIDENTE DA CÂMARA: COMPETÊNCIA. I. - Impeachment do Presidente da República: apresentação da denúncia à Câmara dos Deputados: competência do Presidente desta para o exame liminar da idoneidade da denúncia popular, "que não se reduz à verificação das formalidades extrínsecas e da legitimidade de denunciante e denunciado, mas se pode estender(...) à rejeição imediata da acusação patentemente inepta ou despida de justa causa, sujeitando-se ao controle do Plenário da Casa, mediante recurso (...)". MS 20.941-DF, Sepúlveda Pertence, "DJ" de 31.08.92. II. - M.S. indeferido. (MS 23885, Relator(a): CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 28/08/2002, DJ 20-09-2002 PP-00089 EMENT VOL-02083-02 PP-00343).



constitucional-democrático, o poder não está autolegitimado, não se basta por si próprio”.²⁶

Se porventura determinado pedido não satisfizer os requisitos estampados no art. 16 da Lei nº 1.079/1950²⁷, deve o Presidente da Câmara dos Deputados fugir da omissão e fundamentar a não aceitação devidamente, pois conforme aduz Lenio Streck, deverá, por *accountability*, dizer por que não cumpre o disposto no §2º, do art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Isto porque o Presidente não tem poder absoluto”.²⁸ Repudia-se, em um Estado Democrático de Direito, a transposição para a seara fática do arremate proferido por Luis XIV, de que “*Je suis la Loi, Je suis l’Etat; l’Etat c’est moi*”, pois os ideais republicanos são frontalmente contrários a qualquer tipo de tirania.

O dever de exarar posicionamento motivado, conforme antedito, também reflete no direito conferido ao cidadão de interpor recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados para que haja deliberação sobre o tema. Ao emperrar o trâmite da denúncia, sob o pálio de uma interpretação enviesada do art. 19 da Lei nº 1.079/1950, o Presidente da Câmara dos Deputados está a estorvar o livre exercício dos direitos constitucionais dos cidadãos, em ordem a fazer tábula rasa da própria razão de ser das normas que regem o processamento do *Impeachment*.

Ainda conforme o escólio de Lenio Streck, a leitura do art. 19 da Lei nº 1.079/1950, complementada pelo art. 218 do RICD, não conduz à concessão de um poder absoluto ao Presidente da Câmara, no que o regimento estabelece que,

²⁶ LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. P. 102.

²⁷ Art. 16. A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser encontrados, nos crimes de que haja prova testemunhal, a denúncia deverá conter o rol das testemunhas, em número de cinco no mínimo.

²⁸ STRECK, Lenio. **As omissões inconstitucionais do presidente da Câmara**: ele não pode tudo. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2021-jul-05/streck-omissoes-inconstitucionais-presidente-camara> > . Acesso em 13 de julho de 2021.



“preenchidos requisitos, o presidente possui, não a prerrogativa, mas, sim, o dever de colocar em pauta o pedido de *impeachment*, sendo uma regra que “confere poderes, mas que também impõe deveres”.²⁹ Para além disso, a análise fundamentada dos pedidos deve ser realizada em tempo razoável, também sob pena de arrefecer o direito de petição dos cidadãos.

Desse modo, faz-se necessário promover uma interpretação do art. 19 da Lei nº 1.079/1950 que guarde consonância com os anseios da Constituição Federal de 1988, notadamente para que se afaste a mora injustificada e a ausência do dever de impulsionar e fundamentar os pedidos de *impeachment* protocolados pelos cidadãos brasileiros em face do Presidente da República.

IV. DA MEDIDA LIMINAR DE URGÊNCIA.

Já não é novidade que o interstício temporal consubstanciado entre a instauração do processo e o proferimento de provimento definitivo apresenta demasiados percalços, em ordem a inviabilizar a efetiva realização de direitos. Para Fernando Horta Tavares, “o tempo teria um fluir vagaroso, que é incompatível com o virtuoso acesso à ordem jurídica justa”.³⁰ Existem situações em que o tempo utilizado para obtenção da certeza processual com a tutela final é tão grande que o próprio titular do direito terá sucumbido. Em outros casos, o jurisdicionado que buscou amparo no Poder Judiciário apenas observa inerte o perecimento do direito que buscou tutelar. Partindo dessas premissas, Marcelo Abelha assevera que o tempo é amigo da estabilidade da situação lamentada,

²⁹ STRECK, Lenio. **As omissões inconstitucionais do presidente da Câmara:** ele não pode tudo. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2021-jul-05/streck-omissoes-inconstitucionais-presidente-camara> > . Acesso em 13 de julho de 2021.

³⁰ TAVARES, Fernando Horta. Tempo e processo. In: TAVARES, Fernando Horta (Coord.). Urgências de Tutela: processo cautelar e tutela antecipada. Curitiba: Juruá, 2007. P. 111.



no que quanto mais o processo demora para efetivar o resultado pretendido, tanto mais tempo permanecerá de pé a situação injusta, causando danos ao longo do seu curso.³¹

Desse modo, as situações de urgência precisam ser rapidamente debeladas, sob pena, de o risco que surge iminente deixar de ser abstrato e passar a ser concreto, tornando inútil e sem razão de ser uma proteção tardia. A teor do comando inscrito no §1º do artigo 5º da Lei 9.882/99, em caso de **extrema urgência** ou **perigo de lesão grave**, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno.

In casu, a aplicação dos dispositivos legais infirmados pelo Presidente da Câmara dos Deputados situa-se às vias de deflagrar verdadeira crise constitucional, dada a omissão sistemática e reiterada do dever de externar e motivar o indeferimento da centena de denúncias por crime de responsabilidade recebidas. À luz dos fatos narrados ao longo desta arguição, que o Presidente da Câmara dos Deputados, **embora tenha declarado em diversas oportunidades que não acolherá nenhuma das *notitia criminis* apresentadas em desfavor do Presidente da República, sobre elas não decide, obstando qualquer controle político, jurisdicional ou social do seu proceder.** Cuida-se de flagrante fraude ao direito constitucional de petição, ao dever de motivação e ao devido processo legal, infirmando os preceitos fundamentais da cidadania e do republicanismo.

Diante disso, o que se vindica por meio da presente medida liminar de urgência é que, **à luz da única interpretação constitucionalmente aceitável da Lei nº 1.079/1950, exija-se que o Presidente da Câmara dos Deputados expressamente motive suas decisões de indeferimento de denúncias por crime de responsabilidade já apresentadas e pendentes de análise, sob pena de, omitindo-**

³¹ ABELHA, Marcelo. **Manual de direito processual civil**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. P. 382.



se indefinidamente, obstar o controle político, judicial e social, em violação a preceitos constitucionais.

V. DOS PEDIDOS.

Pelo fio do exposto, **requer** a Vossa Excelência o seguinte: .

I) A admissibilidade da presente ADPF, ante a satisfação dos requisitos estampados na Lei nº 9.882/1999, máxime quanto à satisfação do postulado da subsidiariedade;

II) A concessão de **medida liminar** *ad referendum* do Plenário, nos termos do artigo 5º, §1º, da Lei nº 9.882/1999, para determinar ao Presidente da Câmara dos Deputados, assinando prazo razoável para o cumprimento da medida liminar, que se manifeste expressamente acerca dos pedidos já apresentados de instauração de processo por crime de responsabilidade em desfavor do Presidente da República, por ser esta a interpretação mais adequada do art. 19, primeira parte, da Lei nº 1.079/1950, aos cânones constitucionais, pois não se admite a entronização de poderes absolutos na ambiência de uma República;

III) A adoção do rito do art.12 da Lei nº 9.868/99, por analogia (neste sentido: ADPF 181, Rel. Min. Marco Aurélio; ADPF 627, Rel. Min Luís Roberto Barroso).

IV) A solicitação de informações à Advocacia-Geral da União, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da República, nos termos dos artigos 6º, *caput*, e 7º, parágrafo único, ambos da Lei nº 9.882/1999;

V) No mérito, que seja reconhecida a procedência desta ADPF, com a confirmação da medida liminar de urgência, caso seja deferida, conferindo-se **interpretação conforme a Constituição do art. 19, primeira parte, da Lei nº 1.079/1950**, fixando a tese de que **“À luz dos preceitos do direito de petição e do dever de motivação,**



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PDT – DIRETÓRIO NACIONAL
EXECUTIVA NACIONAL



cumpra ao Presidente da Câmara dos Deputados decidir motivadamente, em prazo razoável, acerca do seguimento ou arquivamento de denúncia em crime de responsabilidade, apresentada nos termos dos arts. 14 e seguintes da Lei nº 1.079/1950”.

Protesta, ainda, se necessário, pela produção de provas admitidas pelo artigo 6º, §1º, da Lei nº 9.882/1999.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília (DF), quarta-feira, 14 de julho de 2021.

WALBER DE MOURA AGRA
OAB/PE 757-B

CIRO FERREIRA GOMES
OAB/CE 3.339

MARA HOFANS
OAB/RJ 68.152

ALISSON LUCENA
OAB/PE 37.719

IAN RODRIGUES DIAS
OAB/DF 10.074

MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO
OAB/RJ 148.494

LUCAS C. GONDIM
ACADÊMICO DE DIREITO